

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA COM ÊNFASE NA
INTERDISCIPLINARIDADE**

SILVIA LETÍCIA DA SILVA

**CONTROLE SOCIAL NA SAÚDE: A IMPORTÂNCIA DO CONSELHO EM UMA
MATERNIDADE PÚBLICA DE REFERÊNCIA EM ALTO RISCO DE MACEIÓ-AL**

**ALAGOAS
2021**

SILVIA LETÍCIA DA SILVA

CONTROLE SOCIAL NA SAÚDE: A IMPORTÂNCIA DO CONSELHO EM UMA MATERNIDADE PÚBLICA DE REFERÊNCIA EM ALTO RISCO DE MACEIÓ-AL

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Especialização em Saúde Pública com ênfase na Interprofissionalidade da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista

Orientadora: Prof^a Ms. Tereza Angélica Lopes de Assis
Coorientadora: Prof.^a Dra.^a Margarete Pereira Cavalcante

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário Responsável: Valter dos Santos Andrade – CRB-4 - 1251

S586c Silva, Silvia Letícia da.

Controle social na saúde: a importância do conselho em uma maternidade pública de referência em alto risco de Maceió-AL / Silvia Letícia da Silva. – 2021.

34 f.

Orientadora: Tereza Angélica Lopes de Assis.

Coorientadora: Margarete Pereira Cavalcante.

Monografia (Trabalho de conclusão de curso em Especialização em Saúde Pública com ênfase na Interprofissionalidade) – Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Medicina. Maceió, 2021.

Bibliografia: f. 30-31.

Anexos: f. 32-34.

1. Controle social. 2. Conselho de saúde. 3. Participação social. 4. Gestão participativa. I. Título.

CDU: 616-084

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha família, em especial às minhas filhas, Larissa e Larianne, por serem os pilares ao longo da jornada de especialização e entenderem os períodos de minha ausência como mãe – minha eterna gratidão. À minha orientadora, Prof.^a Ms. Tereza Angélica Lopes de Assis e Coorientadora Prof.^a Dr.^a Margarete Cavalcante, por todo suporte para o desenvolvimento deste trabalho a Prof.^a Ms. Suely Nascimento por terem me proporcionado esse momento novo com uma visão crítica e real da sociedade em que vivemos. Com certeza todos contribuíram para a construção da minha identidade profissional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pelo dom da vida e da saúde, pela luz que me guiou na sabedoria de seguir sempre em frente.

A minha família, que sempre me deu forças e incentivou em todas as batalhas e jornadas transcorridas em meu caminho. Mãe, filhas, meu porto seguro. Sem vocês eu ainda estaria presa às minhas próprias limitações; ao meu pai (in memoriam) toda gratidão.

Aos meus amigos que estiveram ao meu lado todos os momentos, pela parceria, paciência e pelo suporte nos momentos de dificuldades, pelos sorrisos e por deixarem mais leve a minha vida acadêmica.

Aos meus professores, por terem me proporcionado essa nova vida com uma visão crítica e real da sociedade em que vivemos. Com certeza todos contribuíram para a construção da minha identidade profissional. À minha orientadora, Prof.^a Ms. Tereza Angélica Lopes de Assis e também Coorientadora Prof.^a Dr.^a Margarete Cavalcante, pela dedicação, suporte e pela incrível parceira no desenvolvimento deste trabalho – obrigada por sempre compreenderem e dar apoio para chegarmos aqui e finalizarmos juntas nossa jornada acadêmica.

A todo corpo docente do Curso de Especialização em Saúde Pública com ênfase na interprofissionalidade, representado pela minha grande mestra Prof.^a Dr.^a Margarete Cavalcante e Prof.^a Ms. Suely Nascimento.

Aos colegas de trabalho e Coordenação de Nutrição Patrícia Torres e Direção, representada por Elisângela Sanches, pelo suporte que tornou minha caminhada cheia de novos conhecimentos para além dos muros da Universidade.

A todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte da minha formação em especialização, meu muito obrigado.

*E é porque amo os seres humano e amo o mundo, brigo para
que a justiça social se implante antes da caridade.*

Paulo Freire

RESUMO

O controle social na saúde refere-se ao espaço de participação da sociedade civil, gestores e trabalhadores de saúde na definição, acompanhamento e avaliação da política de saúde, desde o nível local. Ressalta-se que o controle social abrange tanto as instituições representativas da sociedade civil organizada, como o cidadão comum que exerce sua cidadania ativa e reivindica direitos. A proposta de intervenção busca responder e aprofundar a importância do Controle Social na unidade hospitalar Maternidade Escola Santa Mônica no município de Maceió, Alagoas, tendo em vista ser um serviço público de referência para gestantes de alto risco no Sistema Único de Saúde (SUS). Os resultados esperados são participantes esclarecidos sobre a importância do Conselho de Saúde; trabalhadores de saúde e gestores comprometidos com o controle social como parte da dinâmica institucional na Maternidade Escola Santa Mônica.

Descritores: Controle social. Conselho de Saúde. Participação Social. Gestão Participativa.

ABSTRACT

Health-related social control deals with spaces of civil society participation, health managers and workers, monitoring and evaluation the health policies since local level. The health-related social control englobes civil society institutes, but also the normal citizen who aims to Interact exercising active citizenship and rights revindication. This intervention aims to answer and deepen into Social Control meaning to the Santa Monica's Maternity Hospital School at Maceió, Alagoas, due to its condition as a reference of public services with high-risk pregnancy on the Unique Health System (SUS). The expected results are enlightened participants on Health Councils, health managers and workers committed to the health-related social control as part of an institutional dinamcs at the Santa Monica's Maternity Hospital School.

Descriptors: Health-related social control. Health council. Social participation. Participative manegement.

LISTA DE SIGLAS

ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
BLH	Banco de Leite Humano
CIADAIDS	Comissão Intersetorial para Acompanhamento das Políticas em DST/AIDS
CGE	Controladoria Geral do Estado
CGU	Controladoria Geral da União
CIAN	Comissão Intersetorial de Alimentação e Nutrição
CIASAJ	Comissão Intersetorial de Atenção Integral à Saúde da Criança, do adolescente e do Jovem
CICIS	Comissão Intersetorial de Comunicação e Informação em Saúde
CICT	Comissão Intersetorial de Ciência e Tecnologia
CIEH	Comissão Intersetorial de Eliminação da Hanseníase
CIEPCSS	Comissão Intersetorial de Educação Permanente para o Controle Social no SUS
CIPICSUS	Comissão Intersetorial de Práticas Integrativas e Complementares no SUS
CIRH	Comissão Intersetorial de Recursos Humanos
CISAMA	Comissão Intersetorial de Saneamento e Meio Ambiente
CISB	Comissão Intersetorial de Saúde Bucal
CISI	Comissão Intersetorial de Saúde Indígena
CISM	Comissão Intersetorial de Saúde Mental
CISMU	Comissão Intersetorial de Saúde da Mulher CISPDP Comissão Intersetorial de Saúde da Pessoa com Deficiência
CISPLGBTB	Comissão Intersetorial de Saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
CISPN	Comissão Intersetorial de Saúde da População Negra
CIST	Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador
CISI	Comissão Intersetorial da Saúde do Idoso
CISS	Comissão Intersetorial de Saúde Suplementar

CITV	Comissão Intersetorial de Trauma e Violência
COFIN	Comissão Intersetorial de Orçamento e Financiamento
CEREST	Conselho de Referência de Saúde do Trabalhador
CES	Conselho Estadual de Saúde
CES/AL	Conselho Estadual de Saúde de Alagoas
CONASEMS	Conselho Nacional das Secretarias Municipais de Saúde
CONASS	Conselho Nacional de Secretários de Saúde
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
CNS	Conselho Nacional de Saúde
DF	Distrito Federal
DNS	Departamento Nacional de Saúde
FUNGLAF	Fundação Governador Lamemha Filho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INAMPS	Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis
LOA	Lei Orçamentária Anual
MESM	Maternidade Escola Santa Mônica
MPAS	Ministério da Saúde e da Previdência Social
MS	Ministério da Saúde
NOAS	Norma Operacional da Assistência à Saúde
NOB	Norma Operacional Básica
PPA	Plano Plurianual
Prev-Saúde	Programa Nacional de Serviços Básicos de Saúde
RG	Registro Geral
SIOPS	Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde
CIST	Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador
SISVAN	Sistema Nacional de Vigilância Alimentar e Nutricional
SUS	Sistema Único de Saúde
SES/AL	Secretaria Estadual de Saúde de Alagoas
SUDS	Sistema Unificado Descentralizado de Saúde

TCE/AL	Tribunal de Constas do Estado de Alagoas
TCU	Tribunal de Contas da União
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UNCISAL	Universidade de Ciência e Saúde de Alagoas
UTIN	Unidade de Terapia Intensiva Neonatal
UTI Materna	Unidade de Terapia Intensiva de Mães

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1 – Desenho de operações sobre o “nó crítico” “Ausência de instâncias de controle social na Maternidade Santa Mônica, em Maceió/AL”	24
---	-----------

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 SITUAÇÃO-PROBLEMA	15
3 JUSTIFICATIVA.....	16
4 OBJETIVOS.....	18
5 REFERENCIAL TEÓRICO.....	19
6 PERCURSO METODOLÓGICO	22
7 DETALHAMENTO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO	23
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
REFERÊNCIAS.....	30
ANEXO A – Termo de Aceite de Orientação	33
ANEXO B – Termo de Autorização de Pesquisa.....	34

1 INTRODUÇÃO

O presente projeto de intervenção busca responder, de um lado, à necessidade de discussão e aprofundamento acerca da importância do Controle Social na unidade hospitalar Maternidade Escola Santa Mônica (MESM) do município de Maceió, Alagoas, tendo em vista ser este um serviço público de referência para gestantes de alto risco no Sistema Único de Saúde (SUS). Nesse sentido, coloca-se como fundamental a participação dos diversos segmentos que integram a referida unidade hospitalar na discussão, na deliberação e no acompanhamento de suas ações, bem como no estabelecimento de prioridades. Por outro lado, o referido projeto atende às exigências do Curso de Especialização em Saúde Pública, com ênfase na interprofissionalidade, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) em parceria com a Rede Brasileira de Escolas em Saúde Pública (RedEscola-Fiocruz).

No intuito de enfrentar esse desafio do controle social em saúde, a proposta ora apresentada objetiva contribuir para a promoção da participação dos segmentos que integram a Maternidade Escola Santa Mônica – gestores, trabalhadores de saúde e sociedade civil – na construção de estratégias que viabilizem a efetivação do controle social como parte da dinâmica institucional coerente com os princípios do SUS.

A Maternidade Escola Santa Mônica é uma referência de serviço público em Alagoas desde a década de 1960. De acordo com informações colhidas no site da MESM (2021), quando inaugurada, a Maternidade contava com dois (02) médicos obstetras e uma (01) parteira, que era responsável pela sala de parto e não contava com anestesista em seu quadro. O primeiro parto foi realizado em abril de 1964: parto normal, recém-nascido do sexo masculino.

Na década de 1980, a MESM passou a integrar a antiga Fundação Governador Lamenha Filho (FUNGLAF), transformando-se em Maternidade Escola Santa Mônica, campo de estágio para os graduandos da Escola de Ciências Médicas de Alagoas, atual Universidade de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL). Nesse período foi cadastrada no SUS e passou a ser uma referência estadual. Cabe ainda destacar a instalação do Banco de Leite Humano (BLH) Dr. Carlos Perdigão, para melhor assistir bebês prematuros (MESM, 2021).

Atualmente, a MESM atende a gestantes, parturientes e recém-nascidos de alto risco referenciados de todo o Estado. Para isso, desde 2001, conta com uma estrutura que engloba, entre outros, 102 leitos para pré-parto e enfermarias, 06 leitos para UTI Materna e 32 leitos para UTI Neonatal.

Ressalta-se que a MESM é uma unidade hospitalar especializada em Assistência de Média e Alta Complexidade, sendo considerada uma referência estadual no atendimento à gestante de alto risco (Portaria Ministério da Saúde/Secretaria de Atenção à Saúde nº 89, de 19/03/1999) e vinculando-se à UNCISAL como um importante espaço de ensino, pesquisa e assistência à saúde:

Formada por três importantes áreas interligadas: ensino, pesquisa e assistência, a MESM compõe a Rede Estadual de Urgência e Emergência no Atendimento Hospitalar Especializado às Urgências Obstétricas. Sua clientela é totalmente do Sistema Único de Saúde (SUS) constituída de gestantes, recém-nascidos de alto risco e mulheres provenientes de todo Estado de Alagoas através de demanda referenciada pelo Complexo Regulador Assistencial (CORA; MESM, 2021).

Para o desenvolvimento de seus serviços, a MESM conta com uma equipe composta por cerca de 1.200 profissionais dentre os quais médicos, enfermeiros, assistentes sociais, psicólogos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, farmacêuticos, biomédicos, nutricionistas, técnicos de enfermagem, assistentes administrativos, bem como outros.

A Maternidade Escola Santa Mônica conta com uma Ouvidoria como um órgão de assessoramento à Supervisão Geral da Maternidade, unidade assistencial ligada à UNCISAL. A referida Ouvidoria foi criada em Regimento Interno da UNCISAL e tem como competência “[...] receber e tratar as demandas dos usuários da maternidade, encaminhando-as ao gestor competente para a resolução da questão, sempre acompanhando a sua tramitação e propondo soluções” (MESM, 2021).

2 SITUAÇÃO-PROBLEMA

A Maternidade Escola Santa Mônica (MESM) é uma referência de serviço público, em Alagoas, desde a década de 1960 (MESM, 2021). Ressalta-se que se trata de unidade hospitalar especializada em Assistência de Média e Alta Complexidade, considerada uma referência estadual no atendimento à gestante de alto risco (Portaria Ministério da Saúde/Secretaria de Atenção à Saúde nº 89, de 19/03/1999), vinculando-se à UNCISAL como importante espaço de ensino, pesquisa e assistência à saúde.

No tocante ao SUS no estado de Alagoas, cabe ressaltar a necessidade de discussão e aprofundamento sobre o controle social naquela unidade hospitalar. Como os diversos segmentos técnico-profissionais que integram a MESM participam na tomada de decisões sobre as estratégias de cuidados e assistência à saúde? Como fortalecer o controle social na MESM?

Destaca-se também a necessidade do conhecimento sobre o controle social na saúde, assim como a socialização de informações entre os trabalhadores de saúde, usuários e gestores, visando sua participação desde as formulações de políticas de saúde, dos planos, programas e projetos, acompanhamento de suas execuções até a definição da alocação de recursos para que estas atendam aos interesses da coletividade, permitindo contínuos desdobramentos e gerando novas articulações, conforme proposto na Lei n.º 8.142 de 1990.

3 JUSTIFICATIVA

A Maternidade Escola Santa Mônica se constitui enquanto um importante serviço público de referência na área da assistência às gestantes de alto risco em Alagoas. Ao mesmo tempo em que é público e notório o seu reconhecimento, pela sociedade, também tem sido um serviço bastante requerido pela população que tem no SUS sua única possibilidade de assistência à saúde. Por isso, coloca-se o desafio de atender a esse direito à saúde com qualidade e compromisso de seus servidores. Para desenvolver suas ações, a MESM tem como missão:

Prestar assistência qualificada às gestantes e recém-nascidos de alto risco, através de equipe multidisciplinar especializada, ética e humanizada; contribuindo para o ensino e a pesquisa, capacitando profissionais nos diversos segmentos da área de saúde. A visão de futuro da maternidade é ser referência no Nordeste como maternidade de alto risco, tendo como valores norteadores: ética, humanização, inovação como desafio contínuo, profissionalismo, excelência na qualidade, responsabilidade socioambiental e valorização do capital humano (MESM, 2021).

A MESM tem conta com cerca de 1.200 servidores públicos estaduais, envolvidos direta ou indiretamente na assistência à saúde prestada às gestantes de alto risco em Alagoas. Nesse sentido, interessa-nos saber: quais os canais de participação desses segmentos profissionais em se fazerem ouvir em suas demandas e propostas para o serviço de saúde que integram?

Sabe-se que a MESM tem um importante canal de comunicação entre a gestão, trabalhadores e usuários de saúde em sua Ouvidoria. No entanto, esta não substitui a instância fundamental na saúde que são os Conselhos Municipal, Estadual, Nacional e Locais de Saúde. O Conselho parte do pressuposto de ser um espaço – e não o único – para comunicação entre grupos sociais na elaboração de propostas de comum interesse e significado geral para a sociedade.

Por meio de informações colhidas no site da MESM (2021), Maternidade Escola Santa Mônica (MESM) se reuniu em 2010, com representantes dos diversos setores da instituição para estabelecer as diretrizes para a formação do Conselho Gestor.

A reunião contou com a participação da especialista em gestão e controle social das políticas públicas Ana Flávia Melro que explicou os procedimentos e a melhor forma da Santa Mônica criar o seu Conselho Gestor. Porém, o mesmo não foi concretizado e no momento foi construído um colegiado, o qual exclui a participação da sociedade a qual define a Lei n.º 8.142 de 1990 pela carga de participação nas decisões sobre as políticas públicas, que responderão não aos interesses pessoais e sim do coletivo.

Portanto, coloca-se como fundamental o aprofundamento sobre o controle social na Política de Saúde, entre os gestores e profissionais de saúde da MESM, voltado à sua efetivação nesse serviço de referência pública estadual.

4 OBJETIVOS

4.1 Objetivo geral

Contribuir na construção de estratégias que viabilizem o controle social na Maternidade Escola Santa Mônica como parte da dinâmica institucional, coerente com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e conforme propõe a Lei nº 8.142 de 1990.

4.2 Objetivos específicos

1. Refletir a importância da participação dos segmentos que integram a Maternidade Escola Santa Mônica – gestores, trabalhadores de saúde e sociedade civil – no cotidiano da instituição;
2. Fomentar o debate em torno do controle social em saúde, suas instâncias, mecanismos, sujeitos e bases legais, em relação às políticas de saúde na atenção hospitalar.

5 REFERENCIAL TEÓRICO

O Controle Social na Política de Saúde encontra suas bases legais no Art. 198, inciso III, da Constituição Federal (CF) de 1988, ao apresentar a “participação da comunidade” ou controle social como uma das diretrizes organizadoras do SUS. Desse modo, o SUS, como um conjunto de ações e serviços públicos de saúde, é também uma estratégia de viabilização do direito à saúde em nosso país.

A Lei n.º 8.080/1990, em seu Art. 7º, inciso VIII, afirma que a participação da comunidade na Política de Saúde é concebida como um dos princípios do SUS e deve ser orientado por ele, no tocante aos seus serviços e ações de saúde.

Além da Constituição Federal de 1988 e da Lei n.º 8.080/1990, o controle social na Política de Saúde encontra fundamento e forma na Lei n.º 8.142/1990, por meio da criação de instâncias de controle social – as Conferências e os Conselhos de Saúde, como mecanismos de deliberação, acompanhamento e controle da Política de Saúde, em seus níveis de gestão. De acordo com o Art. 1, parágrafos 1º e 2º, essas instâncias integram o SUS como espaços imprescindíveis de participação de usuários, trabalhadores de saúde e gestores, na definição e acompanhamento do SUS:

Art. 1º O Sistema Único de Saúde (SUS), de que trata a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, contará, em cada esfera de governo, sem prejuízo das funções do Poder Legislativo, com as seguintes instâncias colegiadas:

I - a Conferência de Saúde; e II - o Conselho de Saúde.

§ 1º A Conferência de Saúde reunir-se-á a cada quatro anos com a representação dos vários segmentos sociais, para avaliar a situação de saúde e propor as diretrizes para a formulação da política de saúde nos níveis correspondentes, convocada pelo Poder Executivo ou, extraordinariamente, por esta ou pelo Conselho de Saúde.

§ 2º O Conselho de Saúde, em caráter permanente e deliberativo, órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera do governo (BRASIL, 1990).

O destaque na questão do acesso e do acolhimento com qualidade da participação da comunidade e o controle social (CONASS, 2011). Segundo Stotz

(2008), quando se fala em participação social é preciso considerar esse conceito do ponto de vista mais amplo, ou social, e do ponto de vista mais restrito, ou político. Em suas palavras, seriam caracterizados da seguinte forma:

O primeiro é o sentido amplo do termo e assinala a importância da adesão dos indivíduos na organização da sociedade. A participação implica comportamentos e atitudes passivos e ativos, estimulados ou não. Na medida em que a ação mobiliza o sujeito do ponto de vista emocional, intuitivo e racional, a participação pode ser entendida como um princípio diretor do conhecimento, variável segundo os tipos de sociedade em cada época histórica. No segundo sentido, mais estrito e de caráter político, participação significa democratização ou participação ampla dos cidadãos nos processos decisórios em uma dada sociedade. Representa a consolidação, no pensamento social, de um longo processo histórico (STOTZ, 2008, p. 293).

Bravo (2009) reflete sobre a trajetória da Política de Saúde no Brasil, dos antecedentes da ação estatal aos dias atuais, articulando-a às determinações sócio-históricas da sociedade brasileira e a construção do SUS na década de 1980, como afirmação do direito universal à saúde no Brasil.

Correia (2000, 2005) esclarece que o Controle e a participação social são fundamentais no desenvolvimento do SUS, bem como o acesso às informações sobre história dos conselhos, sua organização, formas de praticá-lo, legislação relacionada ao tema e devidas programações, gestão e avaliação de sistemas e serviços de saúde.

De acordo com Cunha (2016), o trabalho dos gestores possui leis e normas que, em algumas situações, não se encontram em consenso com as necessidades dos usuários, descontinuidade do serviço, fragmentação da rede, insuficiência e/ou inadequação dos recursos e superlotação. O processo de pauta deve buscar que as decisões tomadas levem em consideração as necessidades de saúde da população da região, as metas definidas pelos serviços e o envolvimento de todos os interessados, de forma a tornar viável a implementação das decisões tomadas e as contribuições na reflexão quanto a real utilidade e os componentes do conselho, que tem o seu espaço cada vez mais reconhecido.

Para Couto (2010), há ainda a descontinuidade do serviço, fragmentação da rede, insuficiência e/ou inadequação dos recursos e superlotação como questões a serem problematizadas. Também são evidenciadas variáveis internas, dentre as

quais podem ser mencionados o aumento da rotatividade do corpo gerencial e do corpo profissional e a deficiência de comunicação e informação, por exemplo.

Para Pereira (2012), a reconfiguração das políticas públicas brasileiras, sobretudo, encontra-se regida pelos princípios da Constituição Federal de 1988, da descentralização político-administrativa, da universalização e da participação popular, enquanto consolidação das novas formas da relação entre Estado e sociedade civil, que busca uma gestão das políticas públicas participativa em nosso país.

De acordo com a Portaria n.º 1.820, de 13 de agosto de 2009, que institui a “Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde”, fundamentada por seis princípios, considerados basilares que asseguram o direito de acesso digno aos sistemas de saúde:

1. Todo cidadão tem direito ao acesso ordenado e organizado aos sistemas de saúde.
2. Todo cidadão tem direito a tratamento adequado e efetivo para seu problema.
3. Todo cidadão tem direito ao atendimento humanizado, acolhedor e livre de qualquer discriminação.
4. Conselho Nacional de Saúde 4. Todo cidadão tem direito a atendimento que respeite a sua pessoa, seus valores e seus direitos.
5. Todo cidadão também tem responsabilidades para que seu tratamento aconteça da forma adequada.
6. Todo cidadão tem direito ao comprometimento dos gestores da saúde para que os princípios anteriores sejam cumpridos (BRASIL, 2011, p. 3-4).

Nesse sentido, cabe reafirmar o direito de todos de participar na definição daquilo que se considera prioridade das ações e serviços de saúde, no atendimento de suas necessidades por saúde, como um direito humano, afirmado nas nossas legislações e pela sociedade brasileira.

6 PERCURSO METODOLÓGICO

Método

1ª Etapa: para responder ao objetivo *“Refletir a importância da participação dos segmentos que integram a Maternidade Escola Santa Mônica – gestores, trabalhadores de saúde e sociedade civil –, no cotidiano da instituição”*, serão realizadas rodas de conversas mediadas por docentes da UNCISAL, especialistas na temática da participação em saúde.

2ª Etapa: para responder ao objetivo *“Fomentar o debate em torno do controle social em saúde, suas instâncias, mecanismos, sujeitos e bases legais, em relação às políticas de saúde na atenção hospitalar”*, serão organizados momentos coletivos de estudos e discussão com os segmentos da instituição.

Cenário/local: auditório e Espaço do Mural da Maternidade Santa Mônica.

Atores sociais e suas respectivas responsabilidades:

- Gestores – articular rede para construção de estratégias que viabilizem o controle social e a caracterização dos procedimentos principais e suas diretrizes;
- Trabalhadores da saúde no coletivo, por práticas vivenciadas e das necessidades imediatas e abrir novos canais de participação da unidade hospitalar;
- Sociedade civil – formar redes que conectam os vários núcleos.

Instrumentos pedagógicos: mural da Linha do Tempo do Controle Social na Saúde; Palestras com conselheiros de saúde; Divulgação da Carta de direitos dos usuários do SUS.

Avaliação: serão feitas avaliações com os participantes ao final de cada ação em conjunto com a gestão.

7 DETALHAMENTO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO

7.1 Projeto de Intervenção

O presente projeto de intervenção busca responder, de um lado, à necessidade de discussão e aprofundamento sobre a importância do Controle Social na unidade hospitalar Maternidade Escola Santa Mônica (MESM) em Maceió, Alagoas, tendo em vista ser este um serviço público de referência para gestantes de alto risco no SUS. Nesse sentido, coloca-se como fundamental a participação dos diversos segmentos que integram essa unidade hospitalar, na discussão, na deliberação e no acompanhamento de suas ações, bem como no estabelecimento de prioridades.

A MESM tem em seu quadro cerca de 1.200 servidores públicos estaduais, envolvidos direta ou indiretamente na assistência à saúde prestada às gestantes de alto risco em Alagoas. Nesse sentido, interessa-nos saber: quais os canais de participação desses segmentos profissionais para se fazerem ouvir em suas demandas e propostas para o serviço de saúde que integram?

Para responder a esse desafio, foi definido como objetivo geral: *Contribuir na construção de estratégias que viabilizem o controle social na Maternidade Escola Santa Mônica, como parte da dinâmica institucional, coerente com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS)*. Especificamente, buscará 1) *Refletir a importância da participação dos segmentos que integram a Maternidade Escola Santa Mônica – gestores, trabalhadores de saúde e sociedade civil –, no cotidiano da instituição;* e 2) *Fomentar o debate em torno do controle social em saúde, suas instâncias, mecanismos, sujeitos e bases legais, em relação às políticas de saúde na atenção hospitalar.*

7.2 Os atores sociais e suas respectivas responsabilidades:

- Gestores – articular rede para construção de estratégias que viabilizem o controle social e caracterização dos procedimentos principais e suas diretrizes;

- Trabalhadores de saúde no coletivo por práticas vivenciadas e das necessidades imediatas, abrir novos canais de participação da unidade hospitalar.
- Sociedade civil – representação que pode formar redes que conectam os vários núcleos.

7.3 Desenho da peração Método

1ª Etapa: para responder ao objetivo *“Refletir a importância da participação dos segmentos que integram a Maternidade Escola Santa Mônica – gestores, trabalhadores de saúde e sociedade civil –, no cotidiano da instituição”*, serão realizadas rodas de conversas mediadas por docente da UFAL e especialista na temática da participação em saúde.

2ª Etapa: para responder ao objetivo *“Fomentar o debate em torno do controle social em saúde, suas instâncias, mecanismos, sujeitos e bases legais, em relação às políticas de saúde na atenção hospitalar”*, serão organizados momentos coletivos de estudos e discussão envolvendo os segmentos da instituição.

Cenário/local: Auditório e mural da Maternidade Santa Mônica.

Atores sociais e suas respectivas responsabilidades: gestores, trabalhadores da saúde e conselheiros estaduais de saúde na participação e disseminação do debate sobre a importância do Conselho de Saúde na Instituição.

Instrumentos pedagógicos: mural da Linha do Tempo do Controle Social na Saúde; Palestras com conselheiros de saúde; Divulgação da Carta de direitos dos usuários do SUS.

Avaliação: serão realizadas avaliações com os participantes ao final de cada ação em conjunto com gestão.

QUADRO 1 – Desenho de operações sobre o “nó crítico” “Ausência de instâncias de controle social na Maternidade Santa Mônica, em Maceió/AL”

Nó crítico 1	Ausência de instâncias de controle social na Maternidade Santa Mônica, em Maceió/AL
Operação	Construção de estratégias que viabilizem o controle social na Maternidade Escola Santa Mônica, como parte da dinâmica institucional, coerente com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e na forma da Lei nº 8.142/1990.
Projeto	SOCIEDADE PARTICIPATIVA NA DINÂMICA DE CONTROLE SOCIAL
Resultados esperados	<ul style="list-style-type: none"> - Participantes esclarecidos sobre a importância do Conselho de Saúde para a MESM. - Realização de 03 Rodas de Conversa sobre Participação Social em Saúde, nos turnos matutino, vespertino e noturno da MESM. - Maior divulgação sobre Controle Social, por meios visuais, junto aos usuários, trabalhadores de saúde e gestores.
Produtos esperados	<ul style="list-style-type: none"> - Mural da Participação Social em Saúde - Folheto Educativo sobre a importância do Conselho de Saúde
Atores sociais/ responsabilidades	Gestores, trabalhadores de saúde da MESM
Recursos necessários	Estrutural/Organizacional: Espaço MESM, Computador e material didático.
	Cognitivo: Profissionais da MESM e Conselheiros Estaduais de Saúde
	Financeiro: <ul style="list-style-type: none"> - Não terá custos - O material didático será elaborado pelos profissionais de saúde e de tecnologia vinculados a MESM.
	Político: Adesão do Gestor
Recursos críticos	Financeiro <ul style="list-style-type: none"> - Não terá custos
	Político

	Adesão do Gestor e dos Profissionais de Saúde
Controle dos recursos críticos / Viabilidade	Ator que controla: direção da MESM, Coordenação de Educação Permanente da MESM, Coordenação de Nutrição da MESM.
	Motivação: reunião com a Direção, Coordenações envolvidas da MESM, para apresentação do Projeto de Intervenção.
Ação estratégica de motivação	<ol style="list-style-type: none"> 1) Realização de rodas de conversas, com a mediação de docentes da UFAL, especialista na temática da participação em saúde. 2) Promoção de debate em torno do controle social em saúde, suas instâncias, mecanismos, sujeitos e bases legais, em relação às políticas de saúde na atenção hospitalar. 3) Construção do Mural da Linha do Tempo do Controle Social na Saúde; 4) Palestras com conselheiros de saúde; 5) Divulgação da Carta de direitos dos usuários do SUS.
Responsáveis:	Coordenadora do Projeto de Intervenção e Direção da MESM
Cronograma / Prazo	Junho de 2022 a novembro de 2022
Gestão, acompanhamento e avaliação	Serão feitas avaliações, com os participantes, no final de cada ação em conjunto com a gestão.

7.4 Resultados Esperados

7.4.1 Resultados da Intervenção em relação aos objetivos propostos

- Articulação com os Conselheiros Estaduais de Saúde para viabilizar a construção de estratégias e disseminação da importância do Controle Social;
- Participantes esclarecidos sobre a importância do Conselho de Saúde para a MESM.
- Realização de 03 Rodas de Conversa sobre Participação Social em Saúde, nos turnos matutino, vespertino e noturno da Maternidade Escola Santa Mônica (MESM);
- Maior divulgação sobre Controle Social, por meios visuais, junto aos usuários, trabalhadores de saúde e gestores.

7.4.2 Resultados do Trabalho Interprofissional

Articulação que viabiliza construção da rede de estratégias. Contribuição e ampliação do acesso aos serviços de saúde e à questão da melhoria dos serviços e disseminação da importância do Controle Social. A interprofissionalidade através da ação, através da execução de suas funções, desempenha e participam da formulação de políticas, podendo mesmo intervir em decisões e orientando a Administração Pública quanto às melhores medidas a serem adotadas com objetivo de atender aos legítimos interesses públicos que com os esclarecimentos trazidos pelo projeto, esses profissionais poderão proporcionar um melhor atendimento aos usuários.

7.5 Viabilidade

A relevância do aprofundamento sobre o Controle Social na Saúde como motivação dos profissionais e gestores da MESM, em face da importância dessa instituição que é referência no SUS em Alagoas.

7.6 Orçamento Estimado

O projeto não implicará em custos financeiros.

7.7 Financiamento

Não se aplica, o projeto não terá custo financeiro

7.8 Parcerias Estabelecidas/Responsáveis

Conselheiros Estaduais de Saúde, para esclarecimentos sobre Conselho de Saúde.

7.9 Recursos Necessários

- Recursos Humanos: profissionais de Saúde e Conselheiros Estaduais de Saúde;
- Recursos Didáticos: computador, aparelho de TV, cartolinas, papel A4, canetas e retroprojetor.

7.10 Cronograma de execução

Discriminação	Meses/2022					
	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.
Fase – 01 Apresentação do Projeto em reunião e contatos com Recursos Humanos						
Fase - 02 Divulgação do Projeto de Intervenção para os profissionais da MESM Contato com o Conselho Estadual de Saúde						
Fase – 03 Exposição sobre Controle Social em Saúde em Mural						
Fase – 04 Exposição sobre Controle Social em Saúde em Mural; - Realização de Rodas de Conversa com servidores e comunidade						
Fase - 05 Roda de conversa com comunidade e Servidores						
Fase – 06 Resultado/Avaliação Elaboração de Relatório						

7.11 Gestão, acompanhamento e avaliação

Serão realizadas avaliações com os participantes ao final de cada ação em conjunto com a gestão.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No campo da saúde pública, e particularmente na atenção hospitalar à gestante de alto risco, cabe ressaltar a importância de preparo adequado para exercício do enfrentamento dos desafios de controle social em saúde.

A proposta ora apresentada objetiva contribuir para a promoção da participação dos segmentos que integram a Maternidade Escola Santa Mônica – gestores, trabalhadores de saúde e sociedade civil – na construção de estratégias que viabilizem a efetivação do controle social como parte da dinâmica institucional coerente com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS).

Por meio da de trocas de experiências, o apoio das Coordenações e do corpo de servidores, busca otimizar as atividades de debate em torno do controle social em saúde – suas instâncias, seus mecanismos, sujeitos e bases legais, em relação às políticas de saúde na atenção hospitalar e destinação de recursos.

A partir do desenvolvimento deste Projeto de Intervenção, espera-se que o conjunto dos sujeitos sociais envolvidos sejam estimulados e possam se comprometer com a construção de um ambiente plural, participativo e de práticas colaborativas em saúde.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, C. M. **Gestão de projetos sociais**. 3. ed. rev. São Paulo: Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária, 2001.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF, 1990.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Brasília, DF, 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Carta dos direitos dos usuários da Saúde**. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

BRAVO, M. I. S. *et al.* Desafios do controle social na Atualidade. **Serviço Social**, São Paulo, n. 109, p. 126-150, jan./mar, 2012.

BRAVO, M. I. S. **Serviço Social e Reforma Sanitária: Lutas Sociais e Práticas Profissionais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BRAVO, M. I. S. **A política de saúde no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS ESTADUAIS DE SAÚDE (CONASS). **Para entender a gestão do SUS**. [S./]: CONASS, 2011.

COUTO, B. R. **Assistência social: direito social ou benesse?** **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 665-677, out./dez. 2010.

CORREIA, M. V. C. **Que Controle Social?** Os conselhos de saúde como instrumento. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

CORREIA, M. V. C. **Desafios para o controle social: subsídios para capacitação dos conselheiros de saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

CUNHA, S. G. S. A tomada de decisão de gestores da atenção secundária à saúde. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/brasil>. Acesso em: 16/10/2021.

FELTRIN, A. F. S. O papel das redes de atenção à saúde no SUS sob a ótica dos gestores de uma região de saúde. **CuidArte, Enf.**, São Paulo, 2020.

MATERNIDADE ESCOLA SANTA MÔNICA (MESM). **Site da unidade**. Disponível em: <https://mesm.uncisal.edu.br>. Acesso em: 6 out. 2021.

MATERNIDADE ESCOLA SANTA MÔNICA (MESM). **Interna GG nº. 01, de 14 de janeiro de 2015**. Reestrutura as funções administrativas da Maternidade Escola Santa Mônica e determina outras providências. Maceió: MESM, 2015.

PEREIRA, P. A. P. **Política Social**. São Paulo: Cortez, 2012.

STOTZ, E. N. Participação Social. *In*: PEREIRA, I. B. **Dicionário da educação profissional em saúde**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008, p. 293-298.

ANEXOS



ANEXO A – Termo de Aceite de Orientação

TERMO DE ACEITE DE ORIENTAÇÃO

Eu, Margarete Pereira Cavalcante, RG nº 355004 SSP/AL, declaro que aceito o compromisso de orientar o Projeto de Intervenção a ser desenvolvido pela profissional especializanda SILVIA LETICIA DA SILVA como Projeto de Intervenção do Curso de Especialização Lato Sensu em Saúde Pública com Ênfase na Interprofissionalidade, do Núcleo de Saúde Pública, Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Alagoas (NUSP/FAMED/UFAL) - no período 2020-2021.

Maceió, 19 de agosto de 2021.

[Redacted Signature]

Margarete Pereira Cavalcante

Orientadora

[Redacted Signature]

Sílvia Leticia da Silva

Discente



ANEXO B – Termo de Autorização de Pesquisa



ESTADO DE ALAGOAS
 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE ALAGOAS - UNCISAL
 Maternidade Escola Santa Mônica - MESM
 Av. Comendador Leão, S/N - Poço da Barra - Maceió - AL CEP 57.000-000
 Fone: (82) 3315-4401 - CNPJ 12.517.793/006-04

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA PARA O C.E.P. Nº 030/2021

Eu, Graciliana Elise Swarowsky, responsável pela Chefia Docente Assistencial da Maternidade Escola Santa Mônica, autorizo a realização da pesquisa intitulada: "Controle social na saúde: a importância do conselho em uma maternidade pública de referência em alto risco de Maceió-AL", que tem por objetivos Contribuir na construção de estratégias que viabilizem o controle social na Maternidade Escola Santa Mônica, como parte da dinâmica institucional, coerente com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e conforme propõe a Lei nº 8.142 de 1990, refletir a importância da participação dos segmentos que integram a Maternidade Escola Santa Mônica – gestores, trabalhadores de saúde e sociedade civil –, no cotidiano da instituição; fomentar o debate em torno do controle social em saúde, suas instâncias, mecanismos, sujeitos e bases legais, em relação às políticas de saúde na atenção hospitalar. Estou ciente de que a pesquisa será realizada sob a responsabilidade da pesquisadora **Silvia Letícia da Silva**, com C.P.F. nº 007761464-08, sob orientação de **Profa. Dra. Margarete Pereira Cavalcante**, com C.P.F. nº 277.854.164-00 e concordo que a mesma seja realizada no período de junho a outubro de 2022.

Declaro ter conhecimento do projeto de pesquisa, conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 466/12 e 510/16. Esta instituição está ciente de suas responsabilidades enquanto Instituição envolvida no referido projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infra-estrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Esta autorização condiciona o início da pesquisa e coleta de dados à apresentação e entrega do Parecer Favorável à execução da pesquisa emitida pelo sistema CEP UNCISAL/CONEP, a esta Chefia Docente Assistencial.

Maceió, 11 de novembro de 2021.

Atenciosamente,


 Graciliana Elise Swarowsky
 Chefe Docente Assistencial – CDA/ MESM
 Matrícula nº 2780-4

